

Subcomissão proporá que Sarney fique só 4 anos

O mandato do presidente José Sarney terá duração de três anos e dez meses, encerrando-se em 15 de janeiro de 1989 com a posse do novo presidente da República. O sucessor de Sarney será escolhido através de eleições diretas em todo o país no dia 15 de novembro do próximo ano. Esse é o parecer que será preferido na subcomissão do Poder Executivo, daqui a quinze dias, cujo relator é o senador José Fogaça.

A crise política detonada esta semana irá influenciar os membros da subcomissão a reduzirem o mandato do atual presidente, afirmou o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele manifestou-se contrário a diminuir a permanência de Sarney no Planalto em período menor que quatro anos. Explicou Fogaça que não pretende "desinstitucionalizar" o mandato de Sarney, propondo em seu parecer a convocação de eleições presidenciais entre 30 e 180 dias após a promulgação da Constituição. Alguns constituintes apresentaram propostas nesse sentido. Acredita o senador gaúcho que acatando qualquer uma dessas proposições contribuiria para retirar a autoridade do presidente mediante campanha de esvaziamento político que, certamente ocorreria, com a eclosão da campanha eleitoral.

Fogaça fez duras críticas aos parlamentares que, embalados pela

PFL admite rever posição

A exemplo do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), o líder na Câmara, José Lourenço (BA), começou a admitir a hipótese de rever o mandato de Sarney, não se fixando mais de forma irrestrita no período — antes defendido — de seis anos. «A política é algo muito dinâmico», frisou Lourenço, ao admitir como «negociável» um mandato inferior a 6 anos.

Lourenço acha apenas que esse mandato não pode ser inferior a 4 anos, «porque senão será cassação de mandato». Ele observou que se tornaram «públicos» os debates em torno de 4 anos de mandato entre o ex-presidente Tancredo Neves e os que articularam a transição de-

crise, defendem a realização de eleições presidenciais ainda este ano. Argumentou o relator que o pleito para a presidência representa, após a conclusão dos trabalhos constituintes, o "fecho" da transição democrática. "Se não tivermos consciência, é possível que fiquemos com duas coisas": — advertiu — "sem diretas já e sem governo". Por isso, afirmou que a decisão a ser tomada não pode ser marcada pela "inconseqüência ou irresponsabilidade".

— Não podemos jogar fora a criança junto com a água suja do banho — lembrou a seus colegas políticos.

Segundo o senador do Rio Grande do Sul, é imprescindível que neste momento a classe política assegure ao presidente Sarney dois fatores. O mandato presidencial e as garantias e apoios necessários para que Sarney tenha assegurada sua autoridade para governar. Lembrou ainda que o agravamento da crise viria a prejudicar o país na negociação de sua dívida externa, enfraquecendo os negociadores brasileiros. Destacou que o Brasil está em plena moratória, sob ameaça de estrangulamento de sua economia interna e que se não for mantido o apoio político à medida, "iremos desembocar num surto de recessão, desemprego, desabastecimento e fechamento de fábricas". "Por isso, devagar com o andar". — acentuou.

mocrática, debates dos quais participou e é testemunha. «Com mandato de 4 anos, temos compromisso. Acima disso, vamos tentar viabilizar», enfatizou, acrescentando que «isso dependerá da sensibilidade do presidente da República para com os partidos que lhe dão sustentação».

O líder do PFL considera que, até agora, Sarney tem tido um «comportamento digno» em relação a esses partidos, mas opinou que ele precisa «aprofundar suas relações especialmente com o PMDB, no sentido de viabilizar um mandato maior, embora naturalmente isto implique também em constante contato conosco».

Santana opõe resistência

As primeiras resistências ao movimento das diretas em 1988 já começaram a se manifestar, ontem, no PMDB. O líder do governo na Câmara, Carlos Santana (PMDB-BA), está agindo para evitar a realização da reunião da bancada peemedebista, na quarta-feira, quando os deputados devem discutir a duração do mandato do presidente José Sarney. Santana alega que o momento não é oportuno, devido às escaramuças internas provocadas pelas últimas mudanças na equipe governamental. Ele assegurou ainda que o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, também está empenhado em adiar a reunião, evocando os mesmos motivos.

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, confirmou ontem que a reunião da bancada está ameaçada de ser adiada para a semana seguinte. O deputado, no entanto, diz que se o adiamento se concretizar será em função do acúmulo de projetos a serem votados entre terça e quinta-feira próxima, mas não em razão do acirramento de ânimos dentro do partido contra a sua cúpula, que teria agido isoladamente no episódio da troca de ministros. O deputado Expedito Machado (PMDB-CE) já teria colhido mais de 100 assinaturas de um documento criticando a postura do grupo de Ulysses durante a primeira etapa da reforma ministerial.

A ameaça de adiamento da reunião da bancada não foi bem recebida por diversos deputados. Otávio Elisio (PMDB-MG), por exemplo, discorda de Carlos Santana argumentando que se existe conflito entre os parlamentares do PMDB, o fórum ideal para a discussão é ban-

Josemar Gonçalves



Líder quer adiar reunião cada, e não o plenário, como está ocorrendo atualmente.

Para o líder do PMDB na Assembléia Constituinte, senador Mário Covas, a única maneira de resolver a crise política do governo Sarney é a definição do mandato do presidente. Segundo Covas, a fixação de eleições presidenciais elimina as incógnitas que estão prejudicando o atual governo. A seu ver, a definição sobre o mandato presidencial deve ser feita "o mais rápido possível", para evitar movimentos como o do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), que quer eleições já em abril de 1988, o que na prática acabaria com a Constituinte, uma vez que todas as atenções passariam a se concentrar na sucessão de Sarney.

No Senado, José Fogaça (PMDB-RS), após consultar os vice-líderes do seu partido, propôs ao líder Fernando Henrique Cardoso (SP) a convocação da bancada para a próxima semana visando discutir o atual momento político do país e a questão da eleição presidencial para o próximo ano.

Ministério para Amazônia pedem os Constituintes daquela Região

Quarenta e sete Constituintes da Amazônia fizeram a entrega de um documento ao Presidente José manifestando o desejo de credenciarem o nome de um político daquela região para integrar o Ministério da Nova República. Pelo seu teor elevado e a relevância do problema transcrevemos, na íntegra o referido documento, acompanhado das assinaturas que o endossaram:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fe-

Gabriel Guerreiro — PMDB-PA

Mandato é assunto na solenidade

Rio — Na solenidade de transmissão de comando da 1ª Região Militar (antigo primeiro Exército), realizada ontem de manhã, no Rio, a eleição direta para presidente no ano que vem, foi o assunto mais discutido entre polí-